



Demonstrações Financeiras 2020

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento Alto Uruguai - Sicredi Alto
Uruguai RS/SC/MG**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal**





EY
Building a better
working world

Iguatemi Business
Avenida Nilo Peçanha, 2.900
9º andar - Chácara das Pedras
91.330-001- Porto Alegre - RS - Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
ey.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Alto Uruguai - Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG
Rodeio Bonito / RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Alto Uruguai - Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações de sobras, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Alto Uruguai - Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), incluindo a Resolução nº 4.818 de 29 de maio de 2020 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 do BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



EY

Building a better
working world

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Building a better
working world

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 12 de fevereiro de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6


Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Cooperativa Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG, em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

O ano de 2020 foi marcado pelos desafios gerados pelo cenário da pandemia do coronavírus COVID-19, impactando significativamente na vida das pessoas, principalmente no que diz respeito a saúde e a economia. Para a Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG, a pandemia também impôs quarentena e distanciamento social, mas isso não significou isolamento, ao contrário, por mais desafiador que tenha sido, a Cooperativa se destacou no crescimento expressivo dos ativos administrados, número de associados e reconhecimentos recebidos. A confiança do quadro social foi preponderante para inspirar a agir com ainda mais determinação e criatividade na ressignificação de processos e modelos de relacionamentos, primando sempre pela proximidade com o associado e a sociedade. Neste sentido, muitas iniciativas foram desenvolvidas, podendo ser destacado: fortalecimento dos programas sociais por meio e projetos digitais como: Maratona de Carreira, Flor & Ser, Abelhas Fora da Caixa , Café com o Futuro e Educação Financeira; desenvolvimento da ação solidária "Juntos Fazemos o Bem" e o apoio ao desenvolvimento de 124 projetos por meio do Fundo de Desenvolvimento Regional em todos os municípios da área de atuação da Cooperativa; lives, histórias que inspiram, palestras digitais, dentre outras iniciativas para proporcionar inspiração e conteúdos aos diferentes públicos. Assim como encerramento de uma turma do Programa Propriedade Sustentável, desenvolvimento do Projeto Gestão de Agroindústrias, e parceria na realização do Projeto Juntos pelas Agroindústrias. Este protagonismo gerou reconhecimentos, inclusive a nível nacional - como foi o caso das premiações em três categorias do “SomosCoop - Melhores do Ano, premiação promovida pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, assim como o reconhecimento Federação das Entidades Empresariais do estado do Rio Grande do Sul com o Troféu Três Porteiras. Em meio a pandemia, pode-se dizer que o cuidado com as pessoas, atenção a estratégia e foco no propósito se traduziu em crescimento e reconhecimentos para o quadro social da Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG.

Durante este período podemos destacar os seguintes fatos administrativos: a expansão do quadro social da Cooperativa, chegando ao final do exercício com mais de 87.000 associados. Em meio ao cenário de pandemia, a expansão para o estado de Minas Gerais também se fez presente com a abertura de agências nos municípios de Extrema e Cambuí, cuja inauguração, atendendo as recomendações do Ministério da Saúde, foi conduzida em um formato inovador, com participação digital dos Conselhos de Administração, Fiscal, Colaboradores e Associados, assim como pela sociedade representada dos municípios anfitriões das respectivas agências. Os resultados atingidos com a expansão em solo mineiro superaram as projeções para o período, onde com menos de um ano de implantação, as agências comemoraram mais de 1 mil associados por município.

Enfrentamento da Pandemia

Ao longo de todo o ano seguimos enfrentando a pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país. O Sicredi esteve junto à população, prestando o atendimento necessário aos associados, colaboradores e às comunidades. Tomamos os cuidados para evitar a propagação da doença, seguindo as orientações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes no combate ao vírus; e mantivemos viva a nossa missão: valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Nossas linhas de crédito seguiram ativas e disponibilizamos também as linhas dos programas emergenciais do Poder Público. Como é intrínseco do nosso modelo de negócio, acompanhamos de perto a realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, o que possibilita ampliar a oferta de opções adequadas às necessidades de cada um no enfrentamento da crise e na manutenção dos negócios. Em um ano marcado pelo distanciamento humano, nossos meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativo) viabilizaram muitas de nossas demandas, são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações sem a necessidade de ida às agências. Também contamos com canais telefônicos que podem ser utilizados para tirar dúvidas e atendimento via WhatsApp, o que traz ainda mais agilidade para muitas das solicitações.

Por meio de movimentos como Gente que Coopera Cuida e Eu Cooperco com a Economia Local cuidamos das pessoas; tivemos o bem-estar de colaboradores e associados como foco e reafirmamos a força do cooperativismo como motor capaz de contribuir com a continuidade da atividade econômica no país.

A cooperativa atuou fortemente neste momento de crise para que as demandas dos associados fossem sempre atendidas. Dentre as ações de enfrentamento à pandemia, destacamos o respeito às normas de conduta estabelecidas pelos órgãos da área da saúde, visando preservá-la, acima de tudo. O tema pandemia contou com o acompanhamento personalizado por parte do Conselho de Administração e Diretoria Executiva, que trabalhou incansavelmente para garantir a saúde e o bem-estar de todos. Entre algumas das principais medidas tomadas, foi ressignificado o modelo de relacionamento, tornando-o muito mais próximo e ativo, visando entender e atender a necessidade de cada associado, ofertando soluções de forma personalizada. Estabelecido também um plano de contingência, implementado o home office e processos de sanitização constantes em todas as estruturas da cooperativa, considerando que todos são protagonistas no desafio de cuidar uns dos outros, reforçando que a saúde deve ser a principal prioridade.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Alto Uruguai - Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG
CNPJ/MF nº 87.733.770/0001-21

ATIVO		31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		2.073.803	1.340.082	PASSIVO		1.785.850	1.085.233
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	9.619	10.840	DEPÓSITOS	(Nota 12)	1.302.534	776.027
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		2.048.717	1.314.336	Depósitos à vista		181.917	140.318
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(Nota 05)	14.566	48.614	Depósitos interfinanceiros		83.130	59.804
Títulos e valores mobiliários	(Nota 06)	326.757	109.870	Depósitos a prazo		1.037.487	575.905
Centralização financeira	(Nota 04)	260.157	132.565	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		415.762	258.155
Relações interfinanceiras ativas		2.117	1.655	Relações interfinanceiras	(Nota 13)	407.735	251.096
Operações de crédito	(Nota 07)	1.396.765	988.999	Outros passivos financeiros	(Nota 14)	8.027	7.059
Outros ativos financeiros	(Nota 08)	48.355	32.633	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 15)	1.587	1.552
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 07)	(47.437)	(41.351)	OUTROS PASSIVOS	(Nota 16)	65.967	49.499
OUTROS ATIVOS	(Nota 09)	5.387	6.579	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 17)	287.953	254.849
INVESTIMENTOS	(Nota 10)	29.282	23.618	CAPITAL SOCIAL		72.962	73.146
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 11)	21.716	18.748	RESERVAS DE SOBRAS		196.443	162.188
INTANGÍVEL	(Nota 11)	6.519	7.312	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		18.548	19.515
TOTAL DO ATIVO		2.073.803	1.340.082	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.073.803	1.340.082

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Alto Uruguai - Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG
CNPJ/MF nº 87.733.770/0001-21

Descrição das contas	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	79.426	158.051	144.429
Operações de crédito (Nota 07)	75.445	151.137	141.309
Resultado títulos e valores mobiliários	3.920	6.823	3.056
Resultado das aplicações compulsórias	61	91	64
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(23.803)	(51.860)	(49.509)
Operações de captação no mercado	(11.169)	(23.306)	(30.045)
Operações de empréstimos e repasses	(6.721)	(12.763)	(9.495)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 07)	(5.913)	(15.791)	(9.969)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	55.623	106.191	94.920
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(26.570)	(48.797)	(36.593)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	21.914	40.495	31.206
Rendas de tarifas bancárias	1.387	3.791	8.682
Dispêndios e despesas de pessoal (Nota 20)	(22.967)	(44.083)	(39.322)
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 21)	(20.994)	(37.925)	(33.603)
Dispêndios e despesas tributárias	(314)	(881)	(1.025)
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 22)	9.288	16.340	22.218
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 23)	(14.884)	(26.534)	(24.749)
RESULTADO OPERACIONAL	29.053	57.394	58.327
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(108)	(169)	2.219
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	28.945	57.225	60.546
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	39	(1.756)	(1.518)
Provisão para Imposto de Renda	50	(1.063)	(932)
Provisão para Contribuição Social	(11)	(693)	(586)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(2.422)	(5.402)	(6.118)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	26.562	50.067	52.910

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Alto Uruguai - Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG

CNPJ/MF nº 87.733.770/0001-21

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2019	75.010	133.506	481	13.325	222.322
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(9.192)	(9.192)
Destinações para reservas	-	3.100	-	(3.100)	-
Destinação para FATES	-	-	-	(948)	(948)
Outras destinações	-	-	-	(85)	(85)
Capital de associados					
Aumento de capital	2.026	-	-	-	2.026
Baixas de capital	(3.890)	-	-	-	(3.890)
Resultado do período	-	-	-	52.910	52.910
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(2.323)	(2.323)
Fundo Social	-	-	-	(1.394)	(1.394)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(4.577)	(4.577)
Reserva legal - Estatutária	-	23.232	-	(23.232)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	1.869	-	(1.869)	-
Saldos no final do período em 31/12/2019	73.146	161.707	481	19.515	254.849
Mutações do Período	(1.864)	28.201	-	6.190	32.527
Saldos no início do período em 01/01/2020	73.146	161.707	481	19.515	254.849
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(9.706)	(9.706)
Destinações para reservas	-	8.363	-	(8.363)	-
Destinação para Fundo Social	-	-	-	(465)	(465)
Destinação para FATES	-	-	-	(929)	(929)
Outras destinações	-	-	-	(52)	(52)
Capital de associados					
Aumento de capital	2.540	-	-	-	2.540
Baixas de capital	(2.724)	-	-	-	(2.724)
Resultado do período	-	-	-	50.067	50.067
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(2.208)	(2.208)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(2.094)	(2.094)
Reserva legal - Estatutária	-	22.081	-	(22.081)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	3.811	-	(3.811)	-
Fundo Social	-	-	-	(1.325)	(1.325)
Saldos no final do período em 31/12/2020	72.962	195.962	481	18.548	287.953
Mutações do Período	(184)	34.255	-	(967)	33.104
Saldos no início do período em 01/07/2020 (Não auditado)	72.960	170.070	481	23.505	267.016
Capital de associados					
Aumento de capital	1.474	-	-	-	1.474
Baixas de capital	(1.472)	-	-	-	(1.472)
Resultado do período	-	-	-	26.562	26.562
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(2.208)	(2.208)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(2.094)	(2.094)
Reserva legal - Estatutária	-	22.081	-	(22.081)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	3.811	-	(3.811)	-
Fundo Social	-	-	-	(1.325)	(1.325)
Saldos no final do período em 31/12/2020	72.962	195.962	481	18.548	287.953
Mutações do Período	2	25.892	-	(4.957)	20.937

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Alto Uruguai - Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG
CNPJ/MF nº 87.733.770/0001-21

	01/07/2020 a 31/12/2020	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
	(Não auditado)		
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	28.833	59.732	58.190
Resultado do semestre/exercício	26.562	50.067	52.910
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	2.271	9.665	5.280
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	1.185	6.086	4.164
(Reversão) para desvalorização de outros ativos	(81)	(98)	(713)
Depreciação e amortização	3.166	5.658	4.400
Baixas do ativo permanente	190	192	108
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	19	35	(356)
Destinações ao FATES	(2.208)	(2.208)	(2.323)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	56.379	95.083	(143.487)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	28.839	34.048	(478)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(50.638)	(216.887)	(109.870)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	7.386	(462)	(971)
(Aumento) em operações de crédito	(345.409)	(407.766)	(262.507)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	148.781	156.639	61.387
(Aumento) em outros ativos financeiros	(15.618)	(15.722)	(9.892)
Redução em outros ativos	1.957	1.290	1.789
Aumento em depósitos	262.762	526.507	167.054
Aumento em passivos financeiros	1.582	968	1.464
Absorção de dispêndios pelo FATES	(423)	(1.557)	(2.534)
Aumento em outros passivos	17.160	18.025	11.071
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	85.212	154.815	(85.297)
Aquisição de investimentos	(3.807)	(5.664)	(1.858)
Aquisição de imobilizado de uso	(2.540)	(6.495)	(7.546)
Aplicações no intangível	(867)	(1.530)	(912)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(7.214)	(13.689)	(10.316)
Integralização de capital	1.474	2.540	2.026
Baixa de capital	(1.472)	(2.724)	(3.890)
Fundo Social	(1.325)	(1.325)	(1.394)
Juros ao capital próprio	(2.094)	(2.094)	(4.577)
Distribuição de Sobras	-	(11.152)	(10.225)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(3.417)	(14.755)	(18.060)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	74.581	126.371	(113.673)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	195.195	143.405	257.078
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	269.776	269.776	143.405

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Alto Uruguai - Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG

CNPJ/MF nº 87.733.770/0001-21

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Resultado líquido do exercício	26.562	50.067	52.910
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	26.562	50.067	52.910

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Alto Uruguai - Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 18/04/1981 e sede situada na Avenida do Comércio, 618, na cidade de Rodeio Bonito - Rio Grande do Sul. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2020, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.990 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 31 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução Bacen nº 2/20 foram incluídas na apresentação das demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas alterações é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exibilitade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Expositiva; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 08 de fevereiro de 2021.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídos na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos e repasses interfinanceiros

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, , os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixa e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os repasses interfinanceiros estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base pro rata dia.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas apropriar.

o) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos; neste caso, a provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL (15%), aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração da Demonstração Financeira são exigidas aplicações de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto relevante sobre essas demonstrações. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Administração são detalhadas abaixo:

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na nota explicativa nº 7;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, civil, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação do prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na nota explicativa nº 15;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que uma ativa possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

r) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o real (R\$), e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

s) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	9.619	10.840
Relações interfinanceiras - centralização financeira em Cooperativa Central	260.157	132.565
Total	269.776	143.405

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2020 equivale a 98% do CDI (dezembro de 2019 - 99%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2020				31/12/2019
	A vencer				
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
DI entre Banco e Cooperativa	-	814	13.752	14.566	48.614
Total	-	814	13.752	14.566	48.614
Total circulante				814	26.662
Total não circulante				13.752	21.952

As aplicações de DI entre Banco e Cooperativa são realizadas para cobrir as antecipações de recebíveis na adquirência e as operações de consignado INSS, ambas efetuadas pelos associados, com taxa de remuneração de 105% e 100% do CDI, respectivamente.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Mantidos até o vencimento	31/12/2020				31/12/2019
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Cotas de fundos de renda fixa	2.898		-	2.898	109.870
Cotas de fundos multimercado	323.859		-	323.859	-
Total	326.757	-	-	326.757	109.870
Total circulante				326.757	109.870

As cotas de fundos, registradas como carteira própria são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da CVM e ANBIMA. O valor de mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira dos fundos de investimentos, foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capital - ANBIMA.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazos:

Operações de crédito e Outros créditos	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2020			31/12/2019
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total da carteira
Empréstimos e títulos descontados	6.380	112.210	256.639	474.676	849.905
Financiamentos	258	13.595	53.488	102.094	169.435
Financiamentos rurais e agroindustriais	65	74.871	201.048	101.441	377.425
Total das operações de crédito	6.703	200.676	511.175	678.211	1.396.765
Avais e fianças honrados	266	84	2	4	356
Devedores por compra de valores e bens	1	26	73	28	128
Títulos e créditos a receber	-	31.163	11.766	25	42.954
Total de outros créditos	267	31.273	11.841	57	43.438
Carteira total	6.970	231.949	523.016	678.268	1.440.203
Total circulante				761.935	632.985
Total não circulante				678.268	384.570

Os títulos e créditos a receber referem-se aos valores a receber de associados relativos a transações de cartões efetuadas na modalidade crédito sem juros.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Carteira		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
AA	-	32.519	124	-	-
A	0,50	536.161	338.723	2.681	1.694
B	1,00	550.634	384.621	5.506	3.847
C	3,00	228.106	209.174	6.843	6.275
D	10,00	51.357	41.402	5.136	4.140
E	30,00	14.586	19.020	4.376	5.706
F	50,00	5.418	7.630	2.709	3.815
G	70,00	4.119	4.525	2.883	3.168
H	100,00	17.303	12.336	17.303	12.336
Total		1.440.203	1.017.555	47.437	40.981

Em 31 de dezembro de 2020 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 0 (dezembro de 2019 - R\$ 370).

A Cooperativa também possui Coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 420.062 (dezembro de 2019 - R\$ 317.837) onde estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 25). As provisões decorrentes desses contratos estão registradas na rubrica 4.9.9.45.85-8 – Provisão para Garantias Financeiras Prestadas - Outros Fianças Bancárias, e compreendem o montante de R\$ 5.215 (dezembro de 2019 - R\$ 4.564) conforme Nota 14.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2020			31/12/2019
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total da Carteira
Pessoas físicas	3.765	78.869	142.866	274.844	500.344
Rural	65	74.871	201.048	101.441	377.425
Industrial	1.648	10.837	25.504	47.757	85.746
Comércio	406	31.634	60.464	88.566	181.070
Outros serviços	1.086	35.738	93.134	165.660	295.618
Total	6.970	231.949	523.016	678.268	1.440.203
Total circulante				761.935	632.985
Total não circulante				678.268	384.570

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2020	%	31/12/2019	%
10 maiores devedores	97.207	6,75	87.096	8,56
50 devedores seguintes	171.112	11,88	151.932	14,93
100 devedores seguintes	133.704	9,28	101.406	9,97
Demais	1.038.180	72,09	677.121	66,54
Total	1.440.203	100,00	1.017.555	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	41.351	37.187
Constituição de provisão	43.742	36.521
Reversão de provisão	(27.951)	(26.552)
Movimentação de baixados para prejuízo	(9.705)	(5.805)
Saldo final	47.437	41.351

f) Resultado com operações de crédito:

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e títulos descontados	53.650	110.459	111.375
Financiamentos	9.580	18.973	15.329
Financiamentos rurais e agroindustriais	8.676	16.162	11.719
Outros	66	106	87
Subtotal	71.972	145.700	138.510
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	3.473	5.437	2.799
Total	75.445	151.137	141.309

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 54.095 (2019 - R\$ 49.125).

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Títulos e créditos a receber (Nota 07)	42.954	27.985
Rendas a receber	3.437	2.285
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	128	221
Créditos específicos	-	370
Avalias e fianças honrados (Nota 07)	356	350
Operações com cartões	454	430
Devedores por depósitos em garantia	1.026	992
Total	48.355	32.633
Total circulante	47.272	31.521
Total não circulante	1.083	1.112

Os Títulos e créditos a receber referem-se a valores a receber das transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Outros valores e bens	1.928	3.191
Adiantamentos e antecipações salariais	272	101
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	86	275
Adiantamentos para Confederação Sicredi	999	1.102
Impostos e contribuições a compensar	101	63
Cotas de consórcio	825	1.212
Pendências a regularizar	718	399
Outros	458	236
Total circulante	5.387	6.579

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

	31/12/2020	31/12/2019
Bens não de uso próprio	1.473	3.199
Imóveis	1.461	3.120
Veículos e afins	12	29
Máquinas e equipamentos	-	50
Despesas antecipadas	455	90
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	-	(98)
Total circulante	1.928	3.191

b) Movimentação da provisão para desvalorização de bens não de uso:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(98)	(811)
Constituição de provisão	-	(43)
Reversão de provisão	98	756
Saldo final	-	(98)

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2020	31/12/2019
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	13.989	12.516
Sicredi Participações S.A.	15.292	11.101
Outras participações e investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	29.282	23.618

Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Número de ações/quotas possuídas	4.962.965 ON	4.049.407 ON	1	1	13.988.621	12.515.870
	10.329.516 PN	8.426.271 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	1,30%	1,18%	0,62%	0,62%	3,44%	3,21%
Capital social	1.178.211	969.491	161	164	406.094	389.851
Patrimônio líquido	1.222.087	989.638	334.310	312.950	416.563	400.409
Resultado líquido do exercício	38.149	6.514	21.363	60.259	-	5
Valor do investimento	15.292	11.101	1	1	13.989	12.516

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2020		31/12/2019	
		Custo	Depreciação/amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	37.238	(15.522)	21.716	18.748
Imobilizações em curso	-	1.091	-	1.091	3.442
Terrenos	-	1.040	-	1.040	1.040
Edificações	4%	4.962	(1.591)	3.371	3.570
Instalações	10%	1.919	(829)	1.090	953
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	7.905	(2.209)	5.696	2.650
Móveis e equipamentos	10%	7.036	(3.208)	3.828	2.733
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	2.379	(914)	1.465	969
Equipamentos de processamento de dados	20%	8.673	(5.220)	3.453	2.661
Veículos	20%	2.233	(1.551)	682	730
Intangível		18.779	(12.260)	6.519	7.312
Investimentos Confederação		18.779	(12.260)	6.519	7.312

Os investimentos Confederação são valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para o intangível e referem-se aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Depósitos à vista	181.917	-	-	181.917	140.318
Depósitos interfinanceiros	21.197	52.729	9.204	83.130	59.804
Depósitos a prazo	19.856	54.254	963.377	1.037.487	575.905
Total	222.970	106.983	972.581	1.302.534	776.027
Total circulante				329.953	214.407
Total não circulante				972.581	561.620

NOTA 13 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31/12/2020	31/12/2019
Repasses interfinanceiros	407.735	251.096
Total	407.735	251.096

a) Repasses Interfinanceiros

	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	75.788	216.875	105.002	397.665	251.096
Total - Recursos do Crédito Rural	75.788	216.875	105.002	397.665	251.096
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	70	-	10.000	10.070	-
Total - Outros Recursos	70	-	10.000	10.070	-
Total circulante				292.733	209.242
Total não circulante				115.002	41.854

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 8% a.a. com vencimentos até 15/12/2030, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., Sendo que para os recursos advindos do compulsório da poupança a taxa praticada é 84,5% do CDI e vencimento em 01/06/2023.

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de outros recursos operam com uma taxa de 124,5% do CDI com vencimentos até 15/03/2027, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para garantias financeiras prestadas	5.215	4.564
Recursos em trânsito de terceiros	2.812	2.495
Total circulante	8.027	7.059

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhista	Provável	1.331	1.331
Cível	Provável	256	221
Total não circulante		1.587	1.552
Natureza		Saldo Inicial do Período 01/01/2020	Aumento Provisão
Trabalhista		1.331	-
Cível		221	114
Total		1.552	114
		Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2020
Trabalhista		-	1.331
Cível		(79)	256
Total		(79)	1.587

Em 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 510; R\$ 173 e R\$ 191 (dezembro de 2019 - R\$ 610; R\$ 387 e R\$ 191), respectivamente.

NOTA 16 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
Operações com cartões	42.015	27.043
Provisão para pagamentos a efetuar	4.327	3.696
Cotas de capital a pagar	2.157	1.922
Provisão para participações nos lucros	5.264	6.196
Fundo de assistência técnica, educacional e social	3.904	2.323
Demais fundos constituídos	1.579	1.399
Impostos e contribuições a recolher	2.847	2.387
Credores diversos	3.046	3.357
Cheques administrativos	520	749
Cobrança e arrecadação de tributos	11	367
Pendências a regularizar	297	60
Total Circulante	65.967	49.499

As operações com cartões referem-se a agenda financeira de cartão e parcelado lojista.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2020	31/12/2019
Capital social	72.962	73.146
Total de associados	87.716	73.742

Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa variou seu capital social no montante de R\$ -184 (2019 – R\$-1.864), sendo R\$ 2.540 (2019 – R\$ 2.026), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.724 (2019 – R\$ 3.890).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 2,87% em Conta Corrente, no montante de R\$ 2.094, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 50% para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa;
- 3% para a constituição do Fundo Social; destinado a apoiar ações de interesse coletivo desenvolvidas na área de ação da Cooperativa.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal conforme definido pelo Conselho de Administração.

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	57.225	60.546
Participação nas sobras	(5.402)	(6.118)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	51.823	54.428
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(20.729)	(21.771)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	17.958	18.360
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	838	1.831
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	-	39
Demais adições e exclusões previstas na legislação	178	23
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(1.756)	(1.518)

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	14.566	48.614
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	326.757	109.870
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	260.157	132.565
Outros ativos financeiros - Rendas a receber (Nota 08)	2.940	1.946
Outros ativos (Nota 09)	999	1.135
Investimentos (Nota 10)	29.282	23.618
Intangível (Nota 11)	6.519	7.312
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 12)	83.130	59.804
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	407.735	251.096
Outros passivos (Nota 16)	40.466	27.105
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	6.823	3.056
Ingressos e receitas de prestação de serviços	17.425	12.945
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 22)	5.532	13.114
Receita não operacional - Doação SFG	-	1.618
Despesas		
Operações de captação no mercado	2.461	1.390
Operações de empréstimos e repasses	12.763	9.495
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 21)	847	2.800
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 23)	11.061	10.662

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2020	% em relação ao total	31/12/2019
Depósitos à vista	113	0,06%	151
Depósitos a prazo	6.601	0,64%	3.798
Operações de crédito	3.290	0,24%	814

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nesses dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2020	31/12/2019
Pessoas chave da administração	2.513	2.599

NOTA 20 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração	12.954	25.310	23.087
Benefícios	4.509	8.688	7.027
Encargos sociais	5.108	9.370	8.811
Treinamentos	396	715	397
Total	22.967	44.083	39.322

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Água, energia e gás	466	1.054	954
Aluguéis	1.553	3.098	2.738
Comunicação	1.076	1.898	1.742
Manutenção e conservação	1.490	2.758	2.337
Material de expediente	462	808	615
Processamento dados	895	1.649	1.399
Promoções, relações públicas, propaganda e publicidade	2.195	3.777	3.987
Serviços do sistema financeiro	2.077	3.618	2.959
Serviços de técnicos especializados e de terceiros	2.073	3.435	2.824
Serviços de vigilância e segurança	1.155	2.240	1.927
Serviços de transportes	831	1.556	1.616
Depreciação	1.851	3.335	2.511
Amortização (Rateio Confederação)	1.315	2.323	1.889
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	423	1.557	2.907
Emolumentos e taxas diversas	320	606	485
Dispêndios fundo social	1.264	1.664	-
Outras despesas administrativas	1.548	2.549	2.713
Total	20.994	37.925	33.603

NOTA 22 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Absorção de dispêndios - FATES	423	1.557	2.534
Utilização de fundo social	1.264	1.664	-
Recuperação de encargos e despesas	1.049	1.249	1.143
Ingressos depósitos intercooperativos	2.205	4.889	12.541
Reversão de provisões operacionais	1.940	3.355	3.224
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	1.388	2.463	2.111
Reversão de provisões para passivos contingentes	63	79	402
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	283	283	-
Outras rendas operacionais	673	801	263
Total	9.288	16.340	22.218

Os ingressos depósitos intercooperativos refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 23 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Descontos concedidos em renegociação e crédito	2.646	4.147	2.884
Contribuições Cooperativistas	71	143	131
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	283	830	753
Contribuição Confederação Sicredi	5.398	10.146	9.654
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	552	989	915
Encargos da administração financeira	-	3	69
Repasso Administradora de Cartões	-	125	342
Provisões para garantias financeiras prestadas	1.763	3.114	2.704
Provisões para passivos contingentes	82	114	45
Outras provisões operacionais	1.540	2.933	2.604
Operação com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	1.672	2.686	1.482
Risco operacional	632	694	1.721
Juros e comissões	66	243	286
Outras despesas operacionais	179	367	1.159
Total	14.884	26.534	24.749

NOTA 24– RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes das destinações	26.562	50.067	52.910
Eventos não recorrentes	-	-	(1.618)
Resultado recorrente	26.562	50.067	51.292

NOTA 25 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2020	31/12/2019
Beneficiários de garantias prestadas	420.051	317.824
Coobrigações em cessões de crédito	11	13
Total	420.062	317.837

Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 26 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que refletem o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementados para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e relatório da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estableça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

VI - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

VII - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 27 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Límites operacionais	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência (PR)	281.434	247.537
Nível I (NI)	281.434	247.537
Capital principal - CP	281.434	247.537
Capital social	72.962	73.146
Reservas de capital	196.443	162.188
Lucros acumulados	18.548	19.515
Ajustes Prudenciais	(6.519)	(7.312)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.668.457	1.237.744
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	1.445	1.645
Margem de Capital	125.656	115.929
Índice de Basileia (PR / RWA)	16,84%	20,00%
Situação de Imobilização (Imob)	21.717	18.749
Índice de Imobilização (Imob / PR)	7,72%	7,57%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 28 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2020, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Marcio Girardi
Diretor Executivo
CPF: 944.991.600-49

Jaques Samuel Dos Santos
Diretor de Operações
CPF: 614.340.430-53

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20